



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS

1. OBJETO: Seleção de empresa para outorga de concessão da exploração do serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros - TCPP por ônibus no Município de Campo Bom, na modalidade convencional por período de 10 (dez) anos, conforme necessidade descrita, bem como nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Lote	Descritivo	Medida	Quant.
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS - TCPP POR ÔNIBUS NO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, NA MODALIDADE CONVENCIONAL POR PERÍODO DE 10 (DEZ) ANOS	MÊS	120

2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 7.393/2023.

2.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns. Bens e serviços comuns, conforme definição constante no art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/21, são “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

2.3. O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte) meses**, contados da assinatura do contrato.

2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O presente instrumento se refere: Seleção de empresa para outorga de concessão da exploração do serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros - TCPP por ônibus no Município de Campo Bom, na modalidade convencional por período de 10 (dez) anos.

Devido ao término do contrato outorga de concessão do serviço de TCPP no Município em 2020 e não haver interesse em renovação pelo consórcio (Contratada) à época, e por consequência disso foi necessário encaminhamento para proceder um novo processo licitatório de Outorga de Concessão de TCPP no Município, quando foi contratado uma empresa (FUNDATEC) para proceder estudo técnico e montagem de um novo Projeto Básico para juntarmos a esse novo processo licitatório na contratação de empresa para “Concessão de Transporte Coletivo Público de Passageiros” no Município. Após longos estudos e levantamentos feitos pela contratada e pela equipe técnica da contratante, foi dado como concluído e disponibilizado o Projeto Básico e minuta do Edital/Contrato para dar prosseguimento a esse processo licitatório.

E como tal, encaminha-se os mesmos (documentação anteriormente informado) para que, juntamente com a nova Lei do TCPP no Município, devidamente aprovada e publicada, à Divisão de Licitações para que prossigam com os trâmites necessário.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

Em tempo, a conclusão desse processo licitatório, com a contratação de empresa vencedora, encerrará o atual contrato emergencial de Autorização de TCPP no Município), passando a valer a Concessão de TCPP no Município após devidamente assinado o contrato pelas partes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

O Transporte Coletivo Público de Passageiros no Município visa proporcionar o deslocamento da população dentro do território municipal com Linhas/Horários pré-definidos, e com possibilidade de integração entre as linhas, onde serão ofertadas várias linhas com diferentes horários e em várias direções dentro dos limites do Município, buscando cobrir todo o território municipal.

A disponibilização do Transporte Coletivo Público de Passageiros é obrigação dos municípios, e para tal o Município, busca por um transporte (TCPP), com a maior abrangência possível, com segurança e conforto aos usuários do mesmo, elencamos a seguir algumas medidas adotadas:

1. Mantendo uma fiscalização constante em busca de melhor qualidade, tanto no atendimento pessoal dos usuários, como do transporte dos mesmos, onde são avaliadas: as pessoas envolvidas (motoristas, fiscal, gerente da filial, administrativo e direção da empresa), o cumprimento dos horários e itinerários (através software específico disponibilizado, controle on line), e dos veículos no transporte dos passageiros (vistoria periódica, mensal e anual);
2. São acompanhados a evolução da idade dos veículos em uso, onde é solicitado a imediata substituição deste caso atingiu o limite de idade aceita;
3. Assistência à população quando, esta solicita informação de Linha/Horário, ou necessita de outra informação relativa ao TCPP, ou queira fazer uma reclamação/sugestão/elogio.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os serviços serão prestados por empresas especializadas no ramo, devidamente regulamentada, em conformidade com a legislação vigente e padrões estabelecidos no presente termo de referência.

O fornecedor, de uma maneira geral, deve cumprir com as normas técnicas específicas dos serviços, assim como assegurar o emprego correto das práticas de sustentabilidade e a disponibilização de profissionais habilitados para executar as tarefas.

E, atender na íntegra as exigências do edital e do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A prestação dos serviços do presente instrumento devem seguir o que preconiza o Projeto Básico do edital bem como também o contrato firmado.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

A prestação do serviço deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

O serviço será prestado dentro das datas, períodos e roteiros estabelecidos em contrato.

A execução periódica da prestação dos serviços do objeto será considerada concluída após levantamento/planilhamento feitos pelo(s) fiscal(ais) de contrato nos respectivos períodos, relativos aos km rodados e nº passageiros transportados e apuração da “subvenção econômica” deste (período).

A Nota Fiscal deverá ser emitida subsequente à execução do serviço no período, e com a devida autorização pelo fiscal de contrato responsável, ou seja, após o término do respectivo período e disponibilização da “subvenção econômica” deste (período).

No caso de controvérsia sobre a prestação dos serviços do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

O pagamento será realizado mediante verificação da regularidade fiscal da contratada, caso esteja irregular, havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de 0,2% ao mês de juros de mora e correção monetária com base INPC.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

O fornecedor será selecionado com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR KM RODADO através de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, regido pela Lei 14.133/21.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

Relativos à Habilitação Jurídica:

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

Documentação Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal;

Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), pela Fazenda Pública Estadual;

Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), Municipal do domicílio ou sede da licitante.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (conforme Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

Documentação Relativa à Regularidade Econômico-Financeira:

Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

Documentação complementar:

Declaração de Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público, conforme modelo apresentado no Anexo IV, assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei;

Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no ANEXO V;

Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XII do art. 4º da Lei 10.520/2002, conforme modelo apresentado no ANEXO III;

Capacidade Técnica:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação do serviço compatível com o licitado e atestando o bom desempenho de atividades pertinentes.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação durante o período de 12 meses é R\$ 1.560.000,00.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

Código da Dotação: 15.04.2.628.3.360.45.04.00.00.00 (3809/2024)

Campo Bom, 03 de maio de 2024.

Wilson de Almeida
Fiscal de contrato

Gustavo Piazer
Fiscal de contrato